



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de serviços especializados e continuados de Telefonia Móvel Pessoal no Estado de Santa Catarina, por meio de 180 (cento e oitenta) Códigos de Acesso (*chips*), destinados aos servidores da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) e das Zonas Eleitorais do Estado de Santa Catarina, com o fornecimento de 180 (cento e oitenta) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades atendidas pela Contratada, em sua área de prestação, e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local, longa distância (nacional) e longa distância (internacional) destinadas a telefones fixos e móveis, assim como 330 (trezentos e trinta) Códigos de Acesso (*chips*) habilitados para as estações móveis da Sede do TRE-SC e das Zonas Eleitorais do Estado **(destinados às Eleições Gerais e Municipais)**.

2. Fundamentação da Contratação

Atualmente, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina tem firmado com a empresa Telefônica Brasil S/A, o Contrato n. 20/2021, que tem por objeto os serviços especializados e continuados de Telefonia Móvel Pessoal, no Estado de Santa Catarina, por meio de 174 (cento e setenta e quatro) Códigos de Acesso (*chips*), destinados aos servidores da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) e das Zonas Eleitorais do Estado de Santa Catarina, com o fornecimento de 174 (cento e setenta e quatro) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades atendidas pela Contratada, em sua área de prestação, e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local e longa distância (nacional e internacional) destinadas a telefones fixos e móveis, conforme especificado no referido Contrato, que expira em 30/04/2026.

O serviço de telefonia móvel celular é necessário para o bom funcionamento deste Tribunal, sendo necessário à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades, uma vez que englobam, dentre outros serviços, o sistema móvel pessoal de voz, que é indispensável para a comunicação entre os servidores do TRE-SC, tanto para as ligações originadas quanto para as recebidas.

Portanto, é necessária a contratação dos serviços de telefonia móvel para que se possa permitir a conectividade com todas as unidades da Justiça Eleitoral.

3. Descrição da solução

Contratação de serviços especializados e continuados de Telefonia Móvel Pessoal, no Estado de Santa Catarina, por meio de 180 (cento e oitenta) Códigos de Acesso (*chips*), destinados aos servidores da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) e das Zonas Eleitorais do Estado de Santa Catarina, com o fornecimento de 180 (cento e oitenta) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades atendidas pela Contratada, em sua área de prestação, e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local e longa distância (nacional e internacional) destinadas a telefones fixos e móveis, conforme abaixo detalhado:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ITEM 1: 180 (CENTO E OITENTA) CÓDIGOS DE ACESSO (*CHIPS*) HABILITADOS E OS RESPECTIVOS APARELHOS CELULARES PARA AS ESTAÇÕES MÓVEIS DA SEDE DO TRE-SC E DAS ZONAS ELEITORAIS DO ESTADO:

- 80 (oitenta) códigos de acesso (*chips*), que possuam atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados, com os respectivos aparelhos móveis celulares, **para a Sede do TRE-SC, todos com DDD 48**, fornecidos pela Contratada, a título de comodato, e que contenham as características que serão especificadas no Termo de Referência;
- 100 (cem) códigos de acesso (*chips*), que possuam atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados, com os respectivos aparelhos móveis celulares, **para as Zonas Eleitorais, com DDD das respectivas regiões**, fornecidos pela Contratada, a título de comodato, e que contenham as características especificadas no Termo de Referência;

ITEM 2: REALIZAÇÃO DE CHAMADAS NAS MODALIDADES DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) E INTERNACIONAL (LDI) A PARTIR DOS CÓDIGOS DE ACESSO (*CHIPS*) HABILITADOS/APARELHOS:

Prestação dos serviços de telefonia pertinentes à realização de chamadas, nas modalidades de longa distância nacional (LDN) e internacional (LDI), a partir dos códigos de acesso (*chips*)/aparelhos celulares do TRE-SC, destinadas a telefones fixos e móveis.

Observações:

- 1) A empresa a ser contratada deverá possuir cobertura em todos os municípios onde se localizam as Zonas Eleitorais.
- 2) No **Anexo I** encontram-se os números de telefones já em uso neste Tribunal para **efeito das regras da Portabilidade**.
- 3) No **Anexo II** estão relacionadas as Zonas Eleitorais e seus respectivos endereços a serem contempladas pelo serviço acima citado.

Especificações dos códigos de acesso (*chips*):

Características gerais: digital, padrão 4G ou 3G, ou, se não disponíveis, GSM; acesso à *Internet*, identificador de chamadas; caixa-postal de mensagem de voz; permitir transferência de chamadas para outro número de telefone; chamada em espera; Serviço de Mensagem Curta (SMS) e Serviço de Mensagem Multimídia (MMS); capacidade de comunicação de dados; *roaming* automático em todo o território nacional e *roaming* internacional; com franquia de dados de 05 Gb/mês - no sistema franquia de dados compartilhada).

- a) a Contratada deverá fornecer somente acessos (*chips*) homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- b) os acessos (*chips*) deverão ser novos e sem uso na data da sua entrega ao TRE-SC, no início da vigência do contrato, bem como no caso de eventuais substituições;
- c) os acessos (*chips*) devem possibilitar o acesso à *Internet* e a navegador WEB, bem como o envio, o recebimento e a sincronização de mensagem eletrônica (*e-mail*);
- d) os acessos (*chips*) deverão ser bloqueados para a realização de chamadas na modalidade de longa distância internacional (LDI).
- e) os acessos (*chips*) a serem entregues ao TRE-SC têm de estar com atualização tecnológica compatível com aquelas comercializadas na data da entrega e na data de eventual substituição;
- f) os acessos (*chips*) deverão ter garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Serviços a serem contratados

- a) contratação mensal do Serviço Móvel Pessoal (SMP) para a realização, e o recebimento, de chamadas nas modalidades local (VC-1), longa distância nacional (VC-2 e VC-3) e longa distância internacional (R1 a R10), incluindo assinatura, serviços (mensalidades e pacotes) e tarifas, na unidade tarifária minuto e/ou fração, de acordo com o Plano da Contratada que melhor se ajustar ao Perfil de Tráfego, conforme detalhamentos previstos no projeto básico, para utilização e compartilhamento pelos 180 (cento e oitenta) códigos de acesso (*chips*) habilitados nos aparelhos a serem fornecidos pela Contratada, durante todos os dias da semana (24 horas por dia);
- b) serviços de identificador de chamadas, chamada em espera e conferência, os quais deverão estar abrangidos no valor da assinatura básica mensal;
- c) serviço de gerenciamento via *web*: gestão (controle) de todas as linhas móveis contratadas, mediante a transmissão de dados para acesso via *Internet*, de modo a viabilizar o controle de uso e os gastos decorrentes da contratação;
- d) serviço de tarifa zero para ligações intragrupo, assim definidas as realizadas entre números (linhas móveis) do TRE-SC pertencentes ao mesmo código de área DDD (ligação VC-1, móvel-móvel, mesma operadora);
- e) serviço de dados (acesso à *Internet*) ilimitado via tecnologia 4G ou 3G, ou, se não disponíveis, GSM, sem custo adicional (cobrança de excedente à franquia de dados estimada em 05 Gb, para os 180 (cento e oitenta) acessos (*chips*) especificados neste Projeto;
- f) os acessos (*chips*) deverão permitir que os aparelhos de telefonia celular a serem utilizados entrem em *roaming* de forma automática, sem qualquer interveniência do usuário, em todo o território nacional;
- g) quando os aparelhos entrarem em *roaming*, o TRE-SC ficará sujeito às condições de tarifas e preços, bem como técnicas e operacionais, estabelecidas pelas operadoras de telefonia móvel visitadas, tão somente quando a operadora não for a própria Contratada;
- h) as tarifas decorrentes de ligações originadas e recebidas em *roaming* deverão ser faturadas e cobradas obrigatoriamente pela Contratada, não sendo aceitas faturas em nome de outras operadoras;
- i) a utilização do serviço de *roaming* internacional deverá ser bloqueada em todos os códigos de acesso (*chips*), permitida a sua ativação individual (por acesso/*chip*) somente mediante solicitação prévia do TRE-SC por intermédio do respectivo gestor;
- ii) a solicitação de que trata o subitem “i” deverá especificar o código de acesso (*chip*), o período de utilização (viagem), os países para os quais deverá haver a habilitação do serviço, bem como se haverá ou não o desbloqueio do uso do serviço de dados (acesso à *Internet*);
- j) garantia de substituição de aparelhos e/ou códigos de acesso (*chips*), se necessário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado a partir da data da solicitação do gestor;
- k) é facultado à Contratada disponibilizar aparelho e/ou código de acesso (*chip*) provisório(s), durante o prazo de substituição, desde que possua(m) atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados e sem ônus para o TRE-SC;
- l) serviços de telefonia pertinentes à realização de chamadas, nas modalidades de longa distância nacional (LDN) e internacional (LDI), a partir dos códigos de acesso (*chips*)/aparelhos celulares do TRE-SC, destinadas a telefones fixos e móveis, conforme Perfil de Tráfego a ser estimado;
- m) os serviços de longa distância nacional (LDN) compreendem o inter-regional, para as Regiões I (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima) e III (São Paulo), e o intrarregional, para a Região II (Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Tocantins, Rondônia, Distrito Federal, conforme Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n. 2.534, de 2.4.1998; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

n) os serviços de **longa distância internacional (LDI)** compreendem as seguintes regiões:

- R1: região composta pelos Países EUA e Canadá;
- R2: região composta pelos Países do Mercosul;
- R3: região composta pelos demais Países das Américas, não inclusos na R2 e exceto Cuba, Guiana e Suriname;
- R4: região composta pelos Países Cuba, Guiana e Suriname;
- R5: região composta pelos Países da Europa e Japão;
- R6: região composta pelos Países do Oriente Médio, exceto Israel;
- R7: região composta pelo País Israel;
- R8: região composta pelos Países da África;
- R9: região composta pelos Países da Ásia (exceto Japão); e
- R10: região composta pelos Países da Oceania (exceto Austrália).

o) na hipótese de determinação de redução de tarifas pela Anatel, a redução deverá ser estendida ao(s) serviço(s) especificado(s) neste documento;

p) no caso de modernização tecnológica, o TRE-SC poderá solicitar a atualização para a nova tecnologia disponível, sem alteração nos custos dos serviços contratados, desde que respeitadas as condições editalícias, conforme previsto no art. 124, I, "a", da Lei n. 14.133/2021.

ITEM 3: Fornecimento de 180 (cento e oitenta) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades atendidas pela Contratada, em sua área de prestação, e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local e longa distância (nacional e internacional) destinadas a telefones fixos e móveis.

Especificações dos aparelhos:

Item 1

- sistema operacional *Android* versão 15 ou superior;
- processador: Octa Core ou superior;
- velocidade do processador: 4.47GHz, 3.5GHz;
- memória RAM: 12 GB ou superior;
- armazenamento interno: 256 GB ou superior;
- resolução de tela: 2340 x 1080 *pixels* ou superior;
- tamanho de tela: 6.2 polegadas ou superior;
- câmera múltipla: 50 MP + 10 MP + 12 MP ou superior (principal);
- bateria: 4000 mAh ou superior;
- suporte: 2G GSM, 3G WCDMA, 4G LTE FDD, 4G LTE TDD, 5G Sub6 FDD, 5G Sub6 TDD;
- Chip: Chip 1 + Chip 2 / Chip 1 + eSIM / Dual eSIM;
- Conectividade: USB - Tipo C;
- homologado pela Anatel;
- Cores: Serão definidas após a contratação, conforme o catálogo do fabricante.
- **Quantidade: 170 unidades**



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item 2

- sistema operacional *Android* versão 15 ou superior;
- processador: Octa Core ou superior;
- velocidade do processador: 4.47GHz, 3.5GHz;
- memória RAM: 12 GB ou superior;
- armazenamento interno: 512 GB ou superior;
- resolução de tela: 3120 x 1440 *pixels* ou superior;
- tamanho de tela: 6.9 polegadas ou superior;
- câmeras múltiplas: 200 MP + 50 MP + 50 MP + 10 MP ou superior (principal);
- bateria: 5000 mAh ou superior;
- suporte: 2G GSM, 3G WCDMA, 4G LTE FDD, 4G LTE TDD, 5G Sub6 FDD, 5G Sub6 TDD;
- *Chip*: Chip 1 + *Chip* 2 / *Chip* 1 + eSIM / Dual eSIM;
- Conectividade: USB - Tipo C;
- homologado pela Anatel;
- Com caneta Pen;
- Cores: Serão definidas após a contratação, conforme o catálogo do fabricante.
- **Quantidade: 10 unidades**

a) os aparelhos devem ser novos, sem uso e ter identificação do fabricante com marca, modelo e número de série único do equipamento;

b) cada aparelho deverá ser entregue devidamente embalado, contendo obrigatoriamente o seguinte “kit”: aparelho; bateria; carregador; fone de ouvido; manual do usuário em língua portuguesa; e guia rápido de utilização;

c) toda a documentação técnica dos aparelhos deverá ser completa e atualizada, contendo manual e guias de instalação, oferecidos em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo;

d) a Contratada deverá entregar, juntamente com os aparelhos, o Certificado de Garantia e Serviços do fabricante;

e) os aparelhos deverão ter garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

ITEM 4: 330 (TREZENTOS E TRINTA) CÓDIGOS DE ACESSO (*CHIPS*) HABILITADOS PARA AS ESTAÇÕES MÓVEIS DA SEDE DO TRE-SC E DAS ZONAS ELEITORAIS DO ESTADO (**destinados às Eleições Gerais e Municipais**):

a) 20 (vinte) códigos de acesso (*chips*), que possuam atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados, **para a Sede do TRE-SC, todos com DDD 48**, fornecidos pela Contratada e que contenham as características especificadas neste Termo de Referência; e

b) 310 (trezentos e dez) códigos de acesso (*chips*), que possuam atualização tecnológica compatível com os serviços a serem prestados, **para as Zonas Eleitorais** (conforme o Anexo a ser encaminhado pela Gestão da Contratação), **com DDD das respectivas regiões**, fornecidos pela Contratada e que contenham as características especificadas neste Termo de Referência;

Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal por meio de 330 (trezentos e trinta) Códigos de Acesso (*chips*), habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades previstas no Anexo II e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local e longa distância (nacional e internacional) destinadas a telefones fixos e móveis, conforme detalhado para os serviços previstos nos Itens 1 e 2.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Período de prestação do serviço:

1º de setembro a 30 de novembro de cada ano Eleitoral.

Período de fornecimento dos códigos de acesso (*chips*):

Até 1º de agosto de cada ano Eleitoral.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Documento juntado ao PAE n. 20.158/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Item 1 - Marca Samsung, Modelo S25.

Item 2 - Marca Samsung, Modelo S25 Ultra.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.3. Códigos SIASG

Item 1 - 26328.

Item 2 - 26328.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos Funcionais

Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal por meio de 180 (cento e oitenta) Códigos de Acesso (*chips*), com o fornecimento de 180 (cento e oitenta) aparelhos móveis celulares, a título de comodato.

4.2. Requisitos Não Funcionais

Os serviços de telefonia devem ser prestados de forma ininterrupta pela operadora a ser contratada, à exceção dos casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Anatel.

4.3. Requisitos Externos

Possuir concessão, permissão ou autorização da Anatel para a realização dos serviços.

Há incompatibilidade do objeto com a natureza profissional de pessoa física em decorrência da exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, além de autorização junto à Anatel.

5. Modelo de execução do objeto

Previamente ao início dos serviços, a contratada deverá designar um consultor ou supervisor com condições de acompanhar todos os aspectos de caráter técnico, gerencial ou operacional do contrato, respondendo ao TRE-SC sempre que solicitado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.1. Prazos

Prestar os serviços de acordo com as especificações e exigências neste Termo de Referência, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Anatel.

A Contratada deverá entregar os aparelhos móveis celulares e os respectivos acessos (*chips*), devidamente habilitados, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC.

Os *chips* e aparelhos entregues deverão obrigatoriamente atender às especificações constantes no Termo de Referência, que serão verificadas pelo gestor somente nesta oportunidade (pós licitação).

Os prazos para fornecimento e prestação dos serviços relacionados ao Item 4 (códigos de acesso - *chips* - para as Eleições Gerais e Municipais são os indicados abaixo:

Período de prestação do serviço:

1º de setembro a 30 de novembro de cada ano Eleitoral.

Período de fornecimento dos códigos de acesso (*chips*):

Até 1º de agosto de cada ano Eleitoral.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

A empresa deverá entregar os aparelhos móveis celulares e os respectivos acessos (*chips*) na Seção de Administração de Móveis e Equipamentos, localizada no 1º andar do edifício Anexo I do TRE-SC, situado na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC.

A entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Móveis e Equipamentos, com antecedência mínima de 24 horas, pelo telefone (48) 3251-3865 ou, via *e-mail*, pelo endereço eletrônico ci-seame@tre-sc.jus.br.

A Contratada deverá possuir cobertura em todos os municípios relacionados no Anexo II deste Termo de Referência.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Os aparelhos deverão ter garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

5.6. Vigência da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Considerando a natureza contínua do objeto ora demandado, propõe-se que o contrato a ser celebrado tenha vigência inicial de 5 anos, a partir da data da assinatura, conforme autorizado pelo art. 106 da Lei n. 14.133/2021, prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da referida Lei.

A adoção de vigência plurianual traz benefícios relevantes para a Administração, destacando-se:

- a) **Racionalização administrativa:** reduz a necessidade de formalização de aditivos contratuais de prorrogação em curtos intervalos, gerando economia de tempo e de recursos das áreas técnicas, jurídicas e de gestão de contratos;
- b) **Estabilidade na execução contratual:** evita a fragmentação da prestação dos serviços e contribui para a manutenção de rotinas operacionais já consolidadas, prevenindo desconinuidades decorrentes de processos licitatórios frequentes ou alterações contratuais recorrentes;
- c) **Eficiência no planejamento orçamentário e operacional:** facilita a previsão e o gerenciamento das despesas ao longo do ciclo de contratação e permite à Administração estruturar suas atividades com maior segurança e previsibilidade;
- d) **Potencial para obtenção de propostas economicamente mais vantajosas:** a vigência mais extensa tende a estimular ofertas comerciais mais competitivas, permitindo ao futuro contratado diluir custos de mobilização e estruturação do serviço ao longo do prazo contratual;
- e) **Redução de impactos decorrentes de transições contratuais frequentes,** como novas fases de implantação, adaptação de equipes, treinamentos e ajustes operacionais;
- f) **Alinhamento com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento,** consagrados na Lei n. 14.133/2021, promovendo uma atuação administrativa mais racional e sustentável; e
- g) amortização de investimentos da contratada ao longo da sua execução, tais como o fornecimento de aparelhos celulares.

Diante de tais elementos, entende-se que a adoção de vigência plurianual no presente caso atende ao interesse público e contribui para a adequada execução do objeto contratual, com ganhos de eficiência e economicidade para a Administração.

5.7. Obrigações do Contratante

- 5.7.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- 5.7.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Móveis e Equipamentos, ou seu substituto, ou superior imediato, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.
- 5.7.3. assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
- 5.7.4. documentar as ocorrências havidas e controlar as ligações realizadas.
- 5.7.6. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. a Contratada deverá ter condições técnicas e concessão, permissão ou autorização da Anatel para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 5.8.3. prestar os serviços de acordo com as especificações e exigências deste Termo de Referência, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Anatel;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.4. cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela Anatel e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços contratados;

5.8.5. zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, prestando-os dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

5.8.6. implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz;

5.8.7. prestar o serviço de gerenciamento via web por acesso (*chip*) habilitado (linha contratada);

5.8.8. previamente ao início dos serviços, deverá designar um consultor ou supervisor com condições de acompanhar todos os aspectos de caráter técnico, gerencial ou operacional do contrato, respondendo ao TRE-SC sempre que solicitado;

5.8.8.1. os dados nominais e de contato do supervisor designado deverão ser encaminhados ao Contratante, pelo e-mail ci-seame@tre-sc.jus.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC;

5.8.8.2. o supervisor fará permanente contato com o Gestor por intermédio do qual receberá e transmitirá aos profissionais as necessárias instruções, com vistas ao perfeito desempenho dos serviços contratados;

5.8.8.3. o supervisor deverá atender ao Gestor sempre que solicitado, prestando as informações e os esclarecimentos solicitados em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Contratante, disponibilizando, desde o início da vigência do contrato, número de telefones fixo e móvel para contato, inclusive emergencial, e endereço de correio eletrônico;

5.8.9. os dispostos nos subitens 5.8.8 a 5.8.8.3 aplicam-se também ao controle e à conferência das faturas de que trata o subitem 5.8.14 deste Termo de Referência, a cargo da Gestão Contratual do TRE-SC;

5.8.10. manter endereço, número de telefone e demais dados atualizados sobre a Contratada, informando imediatamente quaisquer alterações ao TRE-SC pelo e-mail ci-seame@tre-sc.jus.br;

5.8.11. fornecer número(s) de telefone(s) para eventuais contatos, esclarecimentos ou registro das reclamações sobre o mau funcionamento, defeitos, interrupções, ainda que intermitentes, dos serviços contratados;

5.8.11.1. o atendimento da Contratada às solicitações do TRE-SC, inclusive por meio de suporte técnico por consultores, deverá ser imediato e terá de estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;

5.8.11.2 em horário não comercial (da 00:00h às 07:00h e das 19:00h às 24:00h), o atendimento e o suporte técnico poderão ser realizados por meio do call center da Contratada;

5.8.12. no caso de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços, a Contratada deverá corrigir o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Gestão Contratual ou da abertura de chamado via sistema;

5.8.12.1. em casos excepcionais e devidamente justificados, o prazo previsto no subitem 5.8.13 poderá ser prorrogado, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

5.8.13. levar imediatamente ao conhecimento do Gestor do TRE-SC qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

5.8.14. fornecer ao TRE-SC, por meio do sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico, disponível em: <https://apps.tre-sc.jus.br/pae-protocolo/protocolo> ou para o e-mail ci-seame@tre-sc.jus.br, mensalmente e sempre que solicitado, fatura única e detalhada em cada um dos tipos de serviços objeto deste Termo de Referência por *chip*/linha utilizada, sem ônus para o TRE-SC;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.14.1. a Contratada deve fazer chegar a fatura mensal ao TRE-SC com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de vencimento;
- 5.8.14.2. a fatura deverá conter os valores bruto e líquido, discriminados os descontos, os impostos e os serviços, bem como o número do respectivo contrato administrativo;
- 5.8.14.3. se a fatura emitida contiver erros ou estiver em desacordo com as disposições do contrato, fica automaticamente prorrogado o vencimento para 10 (dez) dias após a correção pela Contratada, a contar do recebimento, pelo TRE-SC, da fatura corrigida com a data de vencimento atualizada, de modo a viabilizar o respectivo pagamento;
- 5.8.14.4. providenciar a disponibilização de faturas e demonstrativos ao TRE-SC mediante arquivo eletrônico enviado por mensagem eletrônica, sempre que solicitado;
- 5.8.15. assumir a responsabilidade por “clonagem” ou subscrição que porventura venham a ser identificadas nos acessos habilitados (*chips*), sem nenhum prejuízo ao TRE-SC;
- 5.8.16. possibilitar ao TRE-SC, na condição de visitante, receber a prestação de serviço móvel de telefonia em redes de outras prestadoras de serviço;
- 5.8.17. efetuar a portabilidade dos números das linhas (códigos de acesso) móveis utilizados pelos TRE-SC atualmente, caso necessário, sem qualquer custo adicional;
- 5.8.18. é permitido à Contratada:
- 5.8.18.1. cobrar os valores de assinatura, serviços e tarifas nos termos da proposta, observado o detalhamento previsto no Item 6 do Estudo Técnico Preliminar;
- 5.8.18.2. cobrar os valores padrões de tarifas de outros serviços não previstos neste Termo de Referência, utilizados voluntariamente pelo TRE-SC, com base no valor de mercado e nunca acima dos valores registrados na Anatel;
- 5.8.18.3. faturar, em um prazo máximo de 90 (noventa) dias para o serviço de longa distância nacional e internacional, após o encerramento do contrato, as ligações de longa distância realizadas em decorrência desta contratação;
- 5.8.18.4. fornecer, sempre que solicitado, a comprovação dos preços vigentes em relação aos serviços contratados;
- 5.8.18.5. fornecer os códigos de acesso (*chips*) com os aparelhos móveis celulares registrados e habilitados, acompanhados de todos os itens que compõem o “kit” de que trata o Item 3 deste Termo de Referência;
- 5.8.18.6. substituir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado a partir da data de solicitação, qualquer aparelho e/ou código de acesso (*chip*) que apresente defeito de fábrica após a entrega ao TRE-SC e a conferência pelo Gestor do contrato, sem ônus para o TRE-SC;
- 5.8.19. efetuar a troca de todos os 180 (cento e oitenta) aparelhos móveis celulares, a cada 36 (trinta e seis) meses a contar da data de assinatura do contrato, por outros de tecnologia mais avançada, acompanhados de todos os itens que compõem o “kit” de que trata este Termo de Referência, sem ônus para o TRE-SC;
- 5.8.19.1. em caso de defeito durante a vigência do contrato ou de extravio, furto ou roubo de quaisquer dos aparelhos celulares, a Contratada deverá providenciar o registro e a habilitação do(s) novo(s) aparelho(s), no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado a partir da data de solicitação do Gestor, e observadas as especificações constantes deste Termo de Referência;
- 5.8.19.2. o custo referente ao aparelho defeituoso por uso indevido, extraviado, furtado ou roubado será objeto de apuração pelo TRE-SC e de posterior indenização à Contratada;
- 5.8.20. em caso de danos ocorridos nos acessos (*chips*) por uso indevido, observar-se-á o disposto nos subitens 5.8.19.1 e 5.8.19.2;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.21. responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade de ação ou omissão culposa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente;

5.8.22. garantir sigilo e inviolabilidade das conversações telefônicas decorrentes da contratação, considerando os recursos disponibilizados pela Contratada, mas respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

5.8.23. garantir a suspensão e/ou interrupção dos serviços contratados, quando solicitados pelo TRE-SC;

5.8.24. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

5.8.25. é vedado à Contratada cobrar quaisquer tarifas:

- a) a título de habilitação dos acessos (*chips*) nos aparelhos móveis celulares fornecidos em conjunto;
- b) para ligações intragrupo;
- c) a título de franquia de consumo obrigatório; e
- d) a título de acessos a *Internet* (plano de dados), tais como para navegação e utilização de correio eletrônico (e-mail);

5.8.25.1. fazer distinção nas tarifas em relação aos horários normal e reduzido;

5.8.25.2. exigir a contratação de quaisquer serviços adicionais;

5.8.26. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;
- f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

As atividades de gestão e fiscalização serão exercidas pelo servidor titular da Seção de Administração de Móveis e Equipamentos ou seu substituto, com o apoio, no que se refere à fiscalização administrativa, da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento.

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato para a execução dos serviços de telefonia móvel pessoal.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O Gestor manterá controle gerencial acerca da prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

6.5. Alocação de riscos

Conforme Planilha de Gestão de Riscos juntada no PAE n. 20.158/2025.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Considerando que o objeto é parcelado em 4 (quatro) itens, a adjudicação deve ser apenas para um fornecedor, ou seja, global, em razão do tipo de serviço a ser prestado, não cabendo a disponibilização dos serviços por mais de uma empresa. Tratam-se de serviços interligados, que poderiam ser prejudicados caso prestados por empresas diversas. Além disso, os serviços relacionam-se com o fornecimento de *chip*, mediante o compartilhamento de ligações (intragrupo) sem a cobrança de tarifas, com vistas à economicidade, traduzida também pelo menor custo das ligações na modalidade longa distância ao se utilizar o código da mesma operadora de telefonia móvel.

9.2. Seleção do fornecedor

Será selecionado o fornecedor que apresentar a proposta de menor preço e os documentos de habilitação exigidos.

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no Item 3 do Estudo Técnico Preliminar. Há incompatibilidade do objeto com a natureza profissional de pessoa física em decorrência da exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, além de autorização junto à Anatel.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Habilitação Jurídica**, deverá ser exigida a cópia do **Ato de Outorga** (Concessão, Permissão ou Autorização) da Anatel em nome da empresa para o exercício da atividade a ser contratada.

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido comprovação de aptidão técnica para execução do objeto, mediante cópia do Contrato de Concessão ou Termo de Autorização, para a prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), ou ainda, Extrato de Publicação no Diário Oficial da União destes instrumentos, nos termos da legislação em vigor.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Solução	Item (insumos, serviços, garantia)	Custo Mensal Total Estimado
Contratação de serviços especializados e continuados de Telefonia Móvel Pessoal, no Estado de Santa Catarina,	Assinatura básica mensal	R\$ 32.245,68



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<p>por meio de 180 (cento e oitenta) Códigos de Acesso (<i>chips</i>), destinados aos servidores da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) e das Zonas Eleitorais do Estado de Santa Catarina, com o fornecimento de 180 (cento e oitenta) aparelhos móveis celulares, a título de comodato, habilitados e associados a um plano pós-pago de serviço, que permita a sua utilização pelo Contratante em todas as localidades atendidas pela Contratada, em sua área de prestação, e, ainda, na condição de visitante, para a realização de ligações nas modalidades local e longa distância nacional e internacional destinadas a telefones fixos e móveis.</p>	Serviço de gerenciamento via <i>web</i>	
	Serviço tarifa zero intragrupo	
	Serviço de acesso à <i>Internet</i> 4G/3G/GSM ilimitado (considerar a franquia de dados de 05 Gb/mês)	
	Acesso à caixa postal (por acesso/ <i>chip</i>)	
	Pacote de mensagens curtas (SMS p/qualquer operadora) (por acesso/ <i>chip</i>)	
	Pacote de mensagens multimídia (MMS) (por acesso/ <i>chip</i>)	
	Ligação VC-1 móvel-fixo	
	Ligação VC-1 móvel-móvel (outra operadora)	
	Ligação VC-1 móvel-fixo em <i>roaming</i>	
	Ligação VC-1 móvel-móvel em <i>roaming</i> (mesma operadora)	
	Ligação VC-1 móvel-móvel em <i>roaming</i> (outra operadora)	
	Ligação VC-2 móvel-fixo	
	Ligação LDN VC-2 móvel-móvel (mesma operadora)	
	Ligação LDN VC-2 móvel-móvel (outra operadora)	
	Ligação LDN VC-3 móvel-fixo	
	Ligação LDN VC-3 móvel-móvel (mesma operadora)	
	Ligação LDN VC-3 móvel-móvel (outra operadora)	
	Adicional de Deslocamento (chamada dentro do Estado de Santa Catarina – AD1)	
	Adicional de Deslocamento (chamada fora do Estado de Santa Catarina – AD2)	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Recebimento de chamadas dentro do Estado de Santa Catarina, na área de cobertura da Contratada, em cidade com DDD diferente (DSL 1)	
	Recebimento de chamadas em outro Estado (DSL 2)	
	Ligação LDI R2 móvel-fixo	
	Ligação LDI R2 móvel-móvel (mesma operadora)	
	Ligação LDI R2 móvel-móvel (outra operadora)	
	Ligação LDI R1 e R3 a R10 móvel-fixo	
	Ligação LDI R1 e R3 a R10 móvel-móvel (mesma operadora)	
	Ligação LDI R1 e R3 a R10 móvel-móvel (outra operadora)	
330 Códigos de acesso (<i>chips</i>) habilitados para as estações móveis da sede do TRE-SC e das Zonas Eleitorais do Estado (destinados às Eleições Gerais e Municipais) Período de prestação do serviço: 1º de setembro a 30 de novembro de cada ano Eleitoral. Período de fornecimento dos códigos de acesso (<i>chips</i>): Até 1º de agosto de cada ano Eleitoral.	Unidades	R\$ 40.194,00*

*Custo relativo ao período de prestação do serviço do Item 4.

10.1. Estimativas de quantidades

Os proponentes deverão considerar as seguintes estimativas de consumo mensal para os serviços solicitados:

ASSINATURA, SERVIÇOS (MENSALIDADES/PACOTES) E TARIFAS	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA TOTAL (CONSIDERAR TODOS OS APARELHOS) ¹
Assinatura básica mensal	Unidade	180 ²
Serviço de gerenciamento via <i>web</i>	Unidade	180 ²
Serviço tarifa zero intragrupo	Unidade	180 ²
Serviço de acesso à <i>Internet</i> 4G/3G/GSM ilimitado (considerar a franquia de dados de 05 Gb/mês)	Unidade	180 ²
Acesso à caixa postal (por acesso/ <i>chip</i>)	Minutos	500



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pacote de mensagens curtas (SMS p/ qualquer operadora) (por acesso/ <i>chip</i>)	Unidade (mensagem)	1.740
Pacote de mensagens multimídia (MMS) (por acesso/ <i>chip</i>)	Unidade (mensagem)	500
Ligação VC-1 móvel-fixo	Minuto	1.400
Ligação VC-1 móvel-móvel (outra operadora)	Minuto	700
Ligação VC-1 móvel-fixo em <i>roaming</i>	Minuto	700
Ligação VC-1 móvel-móvel em <i>roaming</i> (mesma operadora)	Minuto	700
Ligação VC-1 móvel-móvel em <i>roaming</i> (outra operadora)	Minuto	700
Ligação VC-2 móvel-fixo	Minuto	2.300
Ligação LDN VC-2 móvel-móvel (mesma operadora)	Minuto	2.300
Ligação LDN VC-2 móvel-móvel (outra operadora)	Minuto	700
Ligação LDN VC-3 móvel-fixo	Minuto	500
Ligação LDN VC-3 móvel-móvel (mesma operadora)	Minuto	500
Ligação LDN VC-3 móvel-móvel (outra operadora)	Minuto	500
Adicional de Deslocamento (chamada dentro do Estado de Santa Catarina – AD1)	Unidade (chamada)	150
Adicional de Deslocamento (chamada fora do Estado de Santa Catarina – AD2)	Unidade (chamada)	150
Recebimento de chamadas dentro do Estado de Santa Catarina, na área de cobertura da Contratada, em cidade com DDD diferente (DSL 1)	Minuto	100
Recebimento de chamadas em outro Estado (DSL 2)	Minuto	50
Ligação LDI R2 móvel-fixo	Minuto	05
Ligação LDI R2 móvel-móvel (mesma operadora)	Minuto	05
Ligação LDI R2 móvel-móvel (outra operadora)	Minuto	05
Ligação LDI R1 e R3 a R10 móvel-fixo	Minuto	02
Ligação LDI R1 e R3 a R10 móvel-móvel (mesma operadora)	Minuto	02



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Ligação LDI R1 e R3 a R10 móvel-móvel (outra operadora)	Minuto	02
<p>Códigos de acesso (<i>chips</i>) habilitados para as estações móveis da sede do TRE-SC e das Zonas Eleitorais do Estado (destinados às Eleições Gerais e Municipais)</p> <p>Período de prestação do serviço: 1º de setembro a 30 de novembro de cada ano Eleitoral.</p> <p>Período de fornecimento dos códigos de acesso (<i>chips</i>): Até 1º de agosto de cada ano Eleitoral.</p>	Unidade	330 ²

¹As quantidades mensais previstas na tabela acima são uma estimativa baseada no atual consumo mensal do TRE-SC e tratam-se de quantias referenciais e não de limites mensais fixos (mínimos e/ou máximos) e/ou vinculados a acessos, devendo ser cobrado de cada código de acesso (*chip*) somente o que for efetivamente utilizado.

Outros serviços disponibilizados pela Contratada serão pagos com base no valor de mercado e nunca acima dos valores registrados na Anatel.

²Quantitativos atualizados para a nova demanda.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I.

Item 65 - Telefonia móvel e fixa.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável - PLS do TRE-SC. A contratação de telefonia móvel celular se alinha ao PLS na medida em que há redução de resíduos e desfazimentos provenientes de equipamentos, uma vez que os aparelhos serão fornecidos por comodato. Além disso, o gasto com telefonia é monitorado no PLS e a modernização dos aparelhos permite maior utilização de recursos que demandam menor gasto com ligações, como utilização de ferramentas digitais.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
Contratação de Serviços de Telefonia Móvel	02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Santa Catarina PTRS - 084725	Grupo da Despesa - Outras Despesas Correntes, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa -Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica,	R\$ 32.245,68



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		Subitem 58 – Serviços de Telecomunicações	
Total			R\$ 32.245,68

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor o valor mensal contratado, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o somatório dos valores mensais vencidos, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I

Observação: Todas as linhas abaixo são contratadas com a empresa Telefônica S.A.

LINHAS	ICCID DO CARTÃO SIM
42 988114037	89551094360129568805'
42 991591782	89551097471021711489'
47 988123983	89551094360129568813'
47 988125787	89551094360129568821'
47 988130170	89551094360129568839'
47 988131894	89551094360129568847'
47 988133814	89551094360129568854'
47 988135376	89551094360129568862'
47 988136047	89551094360129568870'
47 988139344	89551094360129568888'
47 988142276	89551094360129568896'
47 988143125	89551094360129568904'
47 988151072	89551094360129568912'
47 988151580	89551094360129568920'
47 988153986	89551094360129568938'
47 988156178	89551094360129568946'
47 988157814	89551094360129568953'
47 988161097	89551094360129568961'
47 988163847	89551094360129568979'
47 988167104	89551094360129568987'



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

47 988171199	89551094360129568995'
47 988175446	89551094360129569001'
47 988182226	89551094360129569019'
47 988183693	89551094360129569027'
47 988188795	89551094360129569035'
47 988191530	89551094360129569043'
47 988192916	89551094360129569050'
47 988216846	89551094360129569068'
47 988222394	89551094360129569076'
47 988242394	89551094360129569084'
47 988264173	89551094360129569092'
47 988270314	89551094360129569100'
47 988279328	89551094360129569118'
47 988298312	89551094360129569126'
47 988324236	89551094360129569134'
47 988331702	89551094360129569142'
47 988343344	89551094360129569159'
47 988344311	89551094360129569167'
47 988352259	89551094360129569175'
47 992302748	89551094360129569647'
48 988023299	89551094360129569589'
48 988045453	89551094360129569597'
48 988046024	89551094360129569605'
48 988051711	89551094360129569613'



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

48 988052543	89551094360129569621'
48 988053347	89551094360129569639'
48 988054212	89551094360129569654'
48 988054840	89551094360129569662'
48 988058343	89551094360129569670'
48 988061409	89551094360129569688'
48 988066322	89551094360129569696'
48 988067384	89551094360129569704'
48 988070382	89551094360129569712'
48 988075233	89551097471021711422'
48 988075511	89551094360129569738'
48 988076280	89551094360129569746'
48 988077773	89551094360129569753'
48 988077833	89551094360129569761'
48 988081566	89551094360129569779'
48 988082665	89551094360129569787'
48 988082982	89551094360129569795'
48 988083028	89551094360129569803'
48 988083357	89551094360129569811'
48 988084230	89551094360129569829'
48 988084754	89551094360129569837'
48 988088331	89551094360129569845'
48 988088901	89551094360129569852'
48 988090873	89551094360129569860'



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

48 988094940	89551094360129569878'
48 988095311	89551094360129569886'
48 988099297	89550646369000882032'
48 988099474	89551094360129569902'
48 988112034	89551094360129569910'
48 988113336	89551094360129569928'
48 988114897	89551094360129569936'
48 988115507	89551094360129569944'
48 988116303	89551094360129569951'
48 988116848	89551094360129569969'
48 988119642	89551094360129569977'
48 988120456	89551094360129569985'
48 988124036	89551094360129570009'
48 988128065	89551094360129569993'
48 988129773	89551094360129570017'
48 988131135	89551094360129570025'
48 988134026	89551094360129570033'
48 988137195	89551094360129570058'
48 988137758	89551094360129570041'
48 988140698	89551094360129570066'
48 988143720	89551094360129570074'
48 988149441	89551094360129570082'
48 988157498	89551094360129570090'
48 988158506	89551094360129570108'



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

48 988169687	89551094360129570116'
48 988173165	89551094360129570124'
48 988248455	89551094360129570132'
48 988259930	89551094360129570140'
48 988260034	89551094360129570157'
48 988262932	89551094360129570165'
48 988263344	89551094360129570173'
48 988654537	89551094360129570181'
48 991544824	89551094360129570199'
48 991546980	89551094360129570207'
48 991546982	89551094360129570215'
48 991546983	89551094360129570223'
48 991546987	89551094360129570231'
48 991546988	89551094360129570249'
48 991546991	89550646164001811464'
48 991546992	89551094360129570264'
48 991546993	89551094360129570272'
48 991546995	89551094360129570280'
48 991546998	89551094360129570298'
48 991547008	89551094360129570306'
48 991547014	89551094360129570314'
48 991547016	89551094360129570330'
48 991547018	89551094360129570348'
48 991547021	89551094360129570355'



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

48 991547022	89551094360129570363'
48 991547023	89551094360129570371'
48 991547026	89551094360129570389'
48 991547028	89551094360129570397'
48 991547031	89551094360129570405'
48 991547032	89551094360129570413'
48 991547034	89551094360129570439'
48 991547035	89551094360129570447'
48 991547036	89551094360129570454'
48 991547038	89551094360129570462'
48 991547042	89551094360129570470'
48 991547043	89551094360129570488'
48 991547046	89551094360129570496'
48 991547051	89551094360129570504'
48 991547053	89551094360129570512'
48 991559213	89551094360129570520'
48 991646818	89551094360129570538'
49 988000239	89551094360129569290'
49 988001815	89551094360129569365'
49 988006780	89551094360129569514'
49 988008703	89551094360129569191'
49 988010199	89551094360129569258'
49 988012612	89551094360129569456'
49 988017273	89551094360129569506'



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

49 988019387	89551094360129569449'
49 988021312	89551094360129569357'
49 988028840	89551094360129569324'
49 988031048	89551094360129569266'
49 988033111	89551094360129569423'
49 988036769	89551094360129569340'
49 988037396	89551094360129569571'
49 988041961	89551094360129569381'
49 988048752	89551094360129569282'
49 988049984	89551094360129569241'
49 988050898	89551094360129569498'
49 988052354	89551094360129569183'
49 988054298	89551094360129569431'
49 988054821	89551094360129569472'
49 988058419	89551094360129569548'
49 988058765	89551094360129569373'
49 988059529	89551094360129569464'
49 988059976	89551094360129569415'
49 988060670	89551094360129569316'
49 988061055	89551094360129569480'
49 988061505	89551094360129569225'
49 988692545	89551094360129569217'
49 988693616	89551094360129569332'
49 988695311	89551094360129569209'



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

49 988697521	89551094360129569399'
49 988699568	89551094360129569233'
49 988702063	89551094360129569308'
49 988702835	89551094360129569563'
49 988703813	89551094360129569274'
49 988708504	89551094360129569555'
49 988712360	89551094360129569407'
49 988714742	89551094360129569530'
49 988718569	89551094360129569522'
49 991244808	89551094360129570421'



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DE ACESSOS (CHIPS) E APARELHOS PARA AS ZONAS ELEITORAIS DE SANTA CATARINA:

LOCAL	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Sede	Florianópolis	75

ORDEM	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO	Número de Telefone
1	1ª ZE	Araranguá	48 988076280
2	2ª ZE	Biguaçu	48 988077773
3	3ª ZE	Blumenau	47 988123983
4	4ª ZE	Bom Retiro	49 988000239
5	5ª ZE	Brusque	47 988125787
6	6ª ZE	Caçador	49 988001815
7	7ª ZE	Campos Novos	49 988006780
8	8ª ZE	Canoinhas	47 988130170
9	9ª ZE	Concórdia	49 988008703
10	10ª ZE	Criciúma	48 988083028
11	11ª ZE	Curitibanos	49 988010199
12	12ª ZE	Florianópolis	48 988099474
13	13ª ZE	Florianópolis	48 988113336
14	14ª ZE	Ibirama	47 988131894
15	15ª ZE	Indaial	47 988133814
16	16ª ZE	Itajaí	47 988135376
17	17ª ZE	Jaraguá do Sul	47 988136047
18	18ª ZE	Joaçaba	49 988012612
19	19ª ZE	Joinville	47 988139344
20	20ª ZE	Laguna	48 988119642
21	21ª ZE	Lages	49 988017273
22	22ª ZE	Mafra	47 988142276
23	23ª ZE	Orleans	48 988128065
24	24ª ZE	Palhoça	48 988129773
25	25ª ZE	Porto União	42 988114037



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ORDEM	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO	Número de Telefone
26	26ª ZE	Rio do Sul	47 988143125
27	27ª ZE	São Francisco do Sul	47 988151072
28	28ª ZE	São Joaquim	49 988019387
29	29ª ZE	São José	48 988137195
30	30ª ZE	São Bento do Sul	47 988151580
31	31ª ZE	Tijucas	48 988137758
32	32ª ZE	Timbó	47 988153986
33	33ª ZE	Tubarão	48 988045453
34	34ª ZE	Urussanga	48 988051711
35	35ª ZE	Chapecó	49 988021312
36	36ª ZE	Videira	49 988028840
37	37ª ZE	Capinzal	49 988031048
38	38ª ZE	Itaiópolis	47 988156178
39	39ª ZE	Ituporanga	47 988157814
40	41ª ZE	Palmitos	49 988036769
41	42ª ZE	Turvo	48 988052543
42	43ª ZE	Xanxerê	49 988037396
43	44ª ZE	Braço do Norte	48 988054212
44	45ª ZE	São Miguel do Oeste	49 988041961
45	46ª ZE	Taió	47 988161097
46	47ª ZE	Tangará	49 988048752
47	48ª ZE	Xaxim	49 988049984
48	49ª ZE	São Lourenço do Oeste	49 988697521
49	50ª ZE	Dionísio Cerqueira	49 988695311
50	51ª ZE	Santa Cecília	49 988054298
51	52ª ZE	Anita Garibaldi	49 988054821
52	53ª ZE	São João Batista	48 988054840
53	54ª ZE	Sombrio	48 988058343
54	55ª ZE	Pomerode	47 988163847



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ORDEM	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO	Número de Telefone
55	56ª ZE	Balneário Camboriú	47 988167104
56	57ª ZE	Trombudo Central	47 988171199
57	58ª ZE	Maravilha	49 988058419
58	60ª ZE	Guaramirim	47 988175446
59	61ª ZE	Seara	49 988059529
60	62ª ZE	Imaruí	48 988061409
61	63ª ZE	Ponte Serrada	49 988059976
62	64ª ZE	Gaspar	47 988182226
63	65ª ZE	Itapiranga	49 988060670
64	66ª ZE	Pinhalzinho	49 988061055
65	67ª ZE	Santo Amaro da Imperatriz	48 988067384
66	68ª ZE	Balneário Piçarras	47 988183693
67	69ª ZE	Campo Erê	49 988061505
68	70ª ZE	São Carlos	49 988692545
69	71ª ZE	Abelardo Luz	49 988693616
70	73ª ZE	Imbituba	48 988070382
71	74ª ZE	Rio Negrinho	47 988188795
72	76ª ZE	Joinville	47 988191530
73	77ª ZE	Fraiburgo	49 988699568
74	78ª ZE	Quilombo	49 988702063
75	79ª ZE	Içara	48 988081566
76	81ª ZE	Papanduva	47 988216846
77	82ª ZE	São Miguel do Oeste	49 988033111
78	83ª ZE	Modelo	49 988058765
79	84ª ZE	São José	48 988082982
80	85ª ZE	Joaçaba	49 988703813
81	86ª ZE	Brusque	47 988222394
82	87ª ZE	Jaraguá do Sul	47 988242394
83	88ª ZE	Blumenau	47 988264173
84	90ª ZE	Concórdia	49 988708504



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ORDEM	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO	Número de Telefone
85	91ª ZE	Itapema	47 988279328
86	92ª ZE	Criciúma	48 988083357
87	93ª ZE	Lages	49 988712360
88	94ª ZE	Chapecó	49 988714742
89	95ª ZE	Joinville	47 988298312
90	96ª ZE	Joinville	47 988324236
91	97ª ZE	Itajaí	47 988331702
92	98ª ZE	Criciúma	48 988084754
93	99ª ZE	Tubarão	48 988090873
94	100ª ZE	Florianópolis	48 988099297
95	102ª ZE	Rio do Sul	47 988343344
96	103ª ZE	Balneário Camboriú	47 988344311
97	104ª ZE	Lages	49 988718569
98	105ª ZE	Joinville	47 988352259
99	106ª ZE	Navegantes	47 988192916
100	107ª ZE	Palhoça	48 991546980